



Débora Pinto Severino
Edmar Moreira Camata
Leonardo de Araújo Ferraz
Marcela Oliveira Thomé
Coordenadores

MULHERES NO CONTROLE

Tópicos de controle interno sob o olhar das mulheres

Prefácio
Margareth Goldenberg

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro
DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR,
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
AUDITORIA GOVERNAMENTAL.

Palavras-chave
CONTROLE INTERNO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR,
ESG, INTEGRIDADE, CONFORMIDADE, GESTÃO
DE RISCOS, TRANSPARÊNCIA, CONTROLE
SOCIAL, ANTICORRUPÇÃO, GOVERNANÇA
PÚBLICA, LIDERANÇA FEMININA, OUVIDORIA,
AUDITORIA INTERNA, MUNICÍPIOS, CORREIÇÃO,
TRIBUNAL DE CONTAS, CONTROLE EXTERNO,
DESIGUALDADE DE GÊNERO, ACCOUNTABILITY,
COMPLIANCE.

A concretização desta obra conjunta é um tributo do Conselho Nacional de Controle Interno a todas as mulheres que militam para o desenvolvimento da atividade de controle interno no Brasil. A iniciativa, ao confirmar a vocação e o compromisso do Conaci com pautas que busquem mitigar a desigualdade histórico-estrutural de gênero, apresenta aos leitores um conjunto de artigos que representam um recorte específico com foco no protagonismo feminino. Desse modo, sob a perspectiva das mulheres que assinam os capítulos, são apresentados ao leitor conteúdos que simbolizam toda a evolução, relevância, abrangência e diversidade que a temática controle interno vem adquirindo, ao longo do tempo, nos domínios público e privado, tais como: a melhoria da gestão – dos grandes aos pequenos municípios –, o fortalecimento das instituições democráticas e do controle social, o aperfeiçoamento da transparência, o desenvolvimento de uma cultura de prevenção e combate à corrupção e o fomento de discursos sobre a dignidade por meio do incremento de agendas inclusivas, da pluralidade e igualdade, com destaque para diagnósticos e iniciativas que incentivem cada vez mais a participação feminina no macrossistema de controle interno, em especial nas posições de comando e liderança.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10003551

M956 Mulheres no controle: tópicos de controle interno sob o olhar das mulheres / Débora Pinto Severino, Edmar Moreira Camata, Leonardo de Araújo Ferraz, Marcela Oliveira Thomé. Belo Horizonte: Fórum, 2023.
300 p. 14,5x21,5 cm

ISBN 978-65-5518-540-9

1. Administração pública. 2. Direito administrativo sancionador. 3. Controle interno. 4. Governança pública. 5. Tribunal de Contas. 6. Liderança feminina. 7. Desigualdade de gênero. 8. Auditoria interna. 9. Accountability/Compliance. I. Severino, Débora Pinto. II. Camata, Edmar Moreira. III. Ferraz, Leonardo de Araújo. IV. Thomé, Marcela Oliveira. V. Título.

CDD: 351.08

CDU: 35

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SEVERINO, Débora Pinto; CAMATA, Edmar Moreira; FERRAZ, Leonardo de Araújo; THOMÉ, Marcela Oliveira (Coord.). *Mulheres no controle: tópicos de controle interno sob o olhar das mulheres*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 300 p. ISBN 978-65-5518-540-9

Débora Pinto Severino

Secretária-executiva do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci). Contadora (Pontifícia Universidade Católica – PUC Minas) e auditora interna de carreira da CGE-MG (Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais). Pós-graduada em “Prevenção e Repressão à Corrupção” (Estácio de Sá/Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS).

Edmar Camata

Mestre em Políticas Anticorrupção pela *Universidad de Salamanca*, Espanha. É 2º Vice-Presidente do Conselho Nacional de Controle Interno e Secretário de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo.

Leonardo de Araújo Ferraz

Doutor e Mestre em Direito Público pela PUC Minas, com pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa. Controlador-geral do município de Belo Horizonte, MG. Presidente da Comissão Científica do Conaci. Presidente do Conaci, gestão 2019-2021.

Marcela Oliveira Thomé

Advogada, MBA em Governança, Riscos e *Compliance*, com Certificação Profissional em *Compliance* Anticorrupção na Administração Pública.

PREFÁCIO	
Margareth Goldenberg	21
APRESENTAÇÃO	
Edmar Moreira Camata, Leonardo de Araújo Ferraz	23
COMPLIANCE DE GÊNERO: UMA PROPOSITURA POSITIVA PARA IMPULSIONAR AS POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DE TODAS AS MULHERES E MENINAS.....	27
Mariana Andrade Covre	27
1 Introdução.....	27
2 Desenvolvimento.....	33
2.1 A mulher nos espaços público e privado	33
2.1.1 Violência de gênero	37
2.1.1.1 Um recorte contextual da violência política de gênero.....	40
2.2 <i>Compliance</i> de gênero.....	41
3 Considerações finais.....	44
Referências	44
ESG NA PERSPECTIVA DA LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS	47
Juliana Oliveira Nascimento	47
1 Economia, ESG e o mercado	47
1.1 A importância da ordem econômica.....	49
2 Empresas estatais.....	50
2.1 ESG nas empresas estatais.....	53
2.1.1 Governança corporativa	53
2.1.2 Social.....	61
2.1.3 Ambiental	65
2.2 Papel dos órgãos de controle interno nas empresas estatais.....	66
3 Considerações finais.....	68
Referências	69
GOVERNANÇA HUMANIZADA: A CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	71
Cristiane Nardes, Danila Duarte, Luana Lourenço	71
1 Introdução.....	71
2 Desenvolvimento.....	73
2.1 Instâncias de controle da Administração Pública	73
2.2 Governança humanizada.....	74
2.3 A contribuição das mulheres nas instâncias de controle da Administração Pública.....	79
3 Considerações finais.....	84
Referências	84
DANDO VOZ AO CONTROLE INTERNO DE PEQUENOS MUNICÍPIOS: REALIDADES DE SEU FUNCIONAMENTO E DE SUA RELAÇÃO COM O TRIBUNAL DE CONTAS.....	89
Giovanna Bonfante	89
1 Introdução.....	89
2 Fundamentos teóricos.....	91
2.1 Função de controle na Administração Pública brasileira	91
2.1.1 Controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.....	93
2.1.2 Controle interno municipal.....	95
2.1.3 O que prevê a CRFB/88 quanto à relação entre controle externo e interno	96

2.2	Teoria das capacidades estatais	98
3	Procedimentos metodológicos.....	100
4	Resultados.....	101
5	Considerações finais.....	109
	Referências	110
	A SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA LIDERANÇA DOS ÓRGÃOS CENTRAIS DE CONTROLE INTERNO	113
	Cláudia Fusco, Marisa Zikan	113
1	Introdução.....	113
2	Referencial teórico	115
2.1	Contextualização sobre igualdade de gênero.....	115
2.2	As mulheres no mercado de trabalho.....	118
2.3	Liderança feminina e representatividade.....	121
3	Delineamento metodológico	127
4	Análise dos resultados	128
5	Considerações finais.....	132
	Referências	135
	O BENEFÍCIO FEMININO NO CONTROLE INTERNO: UM CASE DE SUCESSO.....	139
	Jeflanuzia Leite, Meire Jane	139
1	Introdução.....	139
2	Contextualização.....	140
2.1	Administração Pública x governança	140
2.2	Sobre o controle interno.....	141
2.2.1	Na Administração Pública do estado da Bahia	142
2.2.2	Nas empresas estatais	142
2.3	Sobre a auditoria interna	143
2.3.1	Conceituação geral	143
2.3.2	Auditoria interna nas organizações estatais	144
3	<i>Case</i>	146
3.1	Aspectos iniciais para as mudanças.....	147
3.2	Marcos das mudanças.....	148
3.3	Ações para as mudanças.....	149
3.4	Das mudanças	150
3.4.1	Quanto à estrutura.....	150
3.4.2	Quanto às atividades de auditoria interna	150
3.4.3	Quanto ao engajamento da equipe	151
3.5	Liderança feminina da gerência de processos	151
3.5.1	Resiliência	152
3.5.2	Empatia	153
3.5.3	Horizontalidade.....	153
3.5.4	Flexibilidade	153
4	Conclusão.....	154
	Referências	154
	COPRODUÇÃO DO CONTROLE: O PLANO DE AÇÃO SC GOVERNO ABERTO COMO MECANISMO DE FORTALECIMENTO DOS CONTROLES INTERNO, EXTERNO E SOCIAL	157
	Victoria Araújo, Carolina Silva, Monyze Weber.....	157
1	Introdução.....	157
2	Sistemas de controle no Brasil	158
2.1	Controle interno.....	159
2.2	Controle externo	160
2.3	Controle social.....	161
3	Coprodução do controle: articulação entre controles interno, externo e social	162
4	Governo aberto e a <i>Open Government Partnership (OGP)</i>	163
5	Primeiro Plano de Ação SC Governo Aberto.....	164
6	Plano de Ação SC Governo Aberto como mecanismo de fortalecimento dos sistemas de controle	166

6.1	Articulação de governo aberto e controle social nos municípios	166
6.2	Compras públicas e contratação aberta.....	167
6.3	Participação do usuário cidadão e avaliação de serviços	168
6.4	Transparência ativa.....	169
7	Considerações finais.....	169
	Referências	170
	COMPLIANCE, GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS	173
	Almerinda Oliveira.....	173
1	Introdução.....	173
2	<i>Compliance</i> : um conceito importado.....	175
3	Riscos, políticas públicas e <i>compliance</i>	181
4	O <i>compliance</i> nos estados brasileiros	187
5	Considerações finais.....	190
	Referências	192
	Anexo I – Normas analisadas	194
	O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR À LUZ DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018, NA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB).....	195
	Ana Luiza Dubien, Fernanda Carvalho, Isadora Pedrosa	195
1	Introdução.....	195
2	Deferência	197
3	Proporcionalidade no exercício do poder disciplinar	204
4	Conclusão.....	215
	Referências	216
	AUDITORAS INTERNAS GOVERNAMENTAIS E O DESAFIO DA LIDERANÇA: “TETO DE VIDRO”, ESTEREÓTIPOS E DESIGUALDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	219
	Patrícia Álvares, Maíra Lima, Fernanda Guedes.....	219
1	Introdução.....	219
2	“Teto de vidro” e outras barreiras para a liderança feminina.....	221
3	O “teto de vidro” na Administração Pública Federal	223
4	Estereótipos de gênero e liderança.....	226
5	O estereótipo do auditor e a evolução da auditoria interna governamental	227
6	Considerações finais.....	229
	Referências	229
	PODEM AS OUVIDORIAS PÚBLICAS CONTRIBUIR PARA A TRANSPARÊNCIA ATIVA E O CONTROLE SOCIAL?	233
	Marília Fonseca, Joquebede Silva.....	233
1	Introdução.....	233
2	Transparência ativa, o que é?	234
3	As ouvidorias públicas e o seu papel social	236
4	O caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).....	239
5	Conclusão.....	241
	Referências	242
	AUTOMAÇÃO DE TESTES DE AUDITORIA DE CONTROLES: MODELAGEM DE BAIXO CUSTO PARA AUDITORIAS INTERNAS GOVERNAMENTAIS.....	247
	Juliana Stark, Elba Amaral, Erika Nanci	247
1	Introdução.....	247
2	Referencial teórico	249
2.1	A evolução das práticas de auditoria como instrumento de melhoria do gerenciamento de riscos, controle e governança	249
2.1.1	Auditoria baseada em riscos aplicada ao setor público	249
2.2	O zelo profissional do auditor e as ferramentas disponíveis para análise e tratamento de dados	250
3	Metodologia.....	252

4	Análise dos resultados	253
4.1	Dados preliminares sobre a CPTM e sua área de auditoria interna.....	253
5	Estruturação do planejamento anual de auditoria da CPTM pelos conceitos da auditoria baseada em riscos.....	255
5.1	Definição de uma matriz de risco.....	255
5.2	Operacionalização da auditoria baseada em riscos na CPTM....	257
5.3	Modelagem para a automação de testes de auditoria.....	257
6	Resultados projetados com a nova metodologia de trabalho	260
7	Conclusão.....	262
	Referências	263
O CONTROLE SOCIAL E O ACESSO À INFORMAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS EFEITOS E PERCEPÇÃO DOS ESTADOS NAS AVALIAÇÕES DA TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL E OPEN KNOWLEDGE BRASIL DA TRANSPARÊNCIA DE DADOS DA COVID-19.....		
	Lenira Fonseca, Patrícia Silva	267
1	Introdução.....	267
2	Fundamentação teórica.....	269
2.1	Controle social.....	269
2.2	Organizações sociais	270
2.3	Transparência Internacional e <i>Open Knowledge</i>	271
3	Metodologia.....	272
4	Resultados e discussões	273
4.1	Transparência Internacional.....	273
4.2	<i>Open Knowledge</i> Brasil.....	278
4.2.1	Índice de Transparência COVID-19 (Metodologia 1.0).....	278
4.2.2	Índice de transparência da COVID-19 (Metodologia 2.0).....	281
4.2.3	Índice de Transparência da COVID-19 (Metodologia 3.0).....	285
4.3	Percepção dos estados quanto às avaliações das ONGs internacionais	288
5	Resultados.....	294
5.1	Avaliações das ONGs.....	294
5.2	Questionário aplicado aos estados.....	294
6	Considerações finais.....	295
	Referências	296
SOBRE AS AUTORAS		
		299

Almerinda Alves de Oliveira

Mestre em Administração Pública pela FGV (2022). Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Graduanda em Direito pela Universidade de Cuiabá (2022). Pós-graduações em Direito Público. Direito Administrativo e em Administração Pública. Pós-graduanda em Direito Penal e Criminologia; Psicanálise e Análise do Contemporâneo; e Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia e História pela PUC-RS. Atualmente é Auditora do Estado – Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso.

Ana Luiza Lindenberg Dabien Horta

Pós-graduada em Direito Público (2022) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, Belo Horizonte/MG. Pós-graduada em Direito Administrativo (2016) pela Universidade Anhanguera – São Paulo/SP. Empossada em agosto de 2015 no cargo de Auditor Interno. Atuação na área de Integridade: 2015-2016. Atualmente atua na Assessoria Jurídica do Gabinete da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais.

Carolina Kichler da Silva

Possui graduação em Hotelaria – Faculdades Riograndenses (2006) e graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999).

Cláudia Costa de Araújo Fusco

Mestranda em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, MG. Especialista em Direito Público, Transparência e Controle Externo pela PUC Minas/TCCEMG. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004). Atualmente é Controladora-Geral Adjunta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Servidora efetiva do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, desde 2008, onde foi Superintendente de Controle Externo nos anos de 2013 a 2017.

Cristiane Nardes

Graduada em Comunicação Social e Jornalismo pela ULBRA. Especialista em Gestão Empresarial com Ênfase em Planejamento Estratégico pela FGV. Especialista em *Leadership* pela EADA/Espanha e cursa MBA em Governança Corporativa pela Unyleia. Analista Comportamental e *Executive Coaching* pela Sociedade Latino-Americana de *Coaching*. Atuou como Secretária de Governança e *Compliance* do Governo do Distrito Federal. Diretoria de Governança do Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público – IGCP. Fundadora e ex-vice-presidente do Conselho de Administração da Rede Governança Brasil. Coordenadora do Comitê de Capacitação e do Programa de Mentoria para Prefeituras da Rede Governança Brasil. Professora na Escola Brasileira de Direito – EBRADI para o MBA em Governança Pública, módulos em Governança Humanizada, Liderança e Alta Administração.

Danila Duarte

Mestranda em Gestão de Políticas Públicas e Graduada em Ciências Contábeis. Especialista em Auditoria e Controladoria. Auditora Independente/CNAI. Coordenadora do Comitê de *Compliance* da Rede Governança Brasil. Certificação Profissional em *Compliance* Anticorrupção/CPC-A, Certificação Profissional em *Compliance* Público/CPC-P. Auditora Líder ISO 37:001 Sistema de Gestão Antissuborno e 37.301 Sistema de Gestão de *Compliance*. Professora em cursos de pós-graduação na Universidade Católica do Tocantins e Universidade Federal do Tocantins.

Elba Araújo do Amaral

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto (2021). Atualmente é auditora da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Erika Aparecida Siqueira Nanci
Possui graduação em bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Fundação Santo André. Atualmente é auditora da Companhia Paulista de Trens

Metropolitanos.

Fernanda Guedes Araujo

Mestre em Gestão Estratégica de Organização, pelo IESB, com especialização em Gestão Pública, pela UNIDERP. Servidora pública federal no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Atua na auditoria interna desde 2014, substituindo o cargo de auditor chefe em suas ausências eventuais, desde 2017, e exerce a função de chefe da Divisão de Processos de Auditoria desde 2022.

Fernanda Paiva Carvalho

Mestrado em Direito Público: *Master of Laws in Public Interest Law* (LLM) 08/2015- 06/2016. *University of California, Hastings College of Law*. Empossada em 21.02.2013 no cargo de Procuradora do Estado de Minas Gerais. Atualmente atua como assessora-jurídica chefe na Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais.

Giovanna Bonfante

Mestra em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2022). Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (1999). Servidora pública efetiva (cargo de analista de controle externo – Direito) do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG. Atualmente exercendo função de assessoria do Gabinete do Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais – MPC/MG. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo.

Isadora Fraga Pedrosa

Pós-graduação *lato sensu* em Direito Público (2004). Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro Universitário Newton Paiva, em convênio com a Associação Nacional dos Magistrados Estaduais – ANAMAGES. Bacharel em Direito (2002) – Centro Universitário FUMEC.

Jeflanuzia Nascimento da Silva Leite

Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade Salvador, UNIFACS, Salvador, Brasil (2020). Especialização em Gestão Contábil. Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, Brasil – Título: Contabilidade (2006). Graduação em Ciências Contábeis. Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Salvador, Brasil, ano de obtenção: 1996. Atua na Gerência de Auditoria de Processos – Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA.

Joquebede dos Santos Anteverere Silva

Pós-graduada em Gestão Pública pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Auditora-chefe da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Capes/MEC e mestranda em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas – FGV. Tem experiência na área de Administração Pública, com ênfase em Auditoria Interna.

Juliana Oliveira Nascimento

Advogada, executiva e docente especialista em ESG, *Compliance*, Governança Corporativa, Riscos, Controles Internos, Continuidade dos Negócios e *International Business*. *Risk Advisory Senior Manager* na KPMG. Cofundadora do *Compliance Women Committee*. Possui experiência relevante no âmbito corporativo, com mais de 18 anos atuando em projetos estratégicos e de alta complexidade. Mestrado Profissional *Master of Laws in International Business Law* pela *Steinbeis University Berlin* (Alemanha). Mestre em Direito pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil – UNIBRASIL. *Global Corporate Compliance* pela *Fordham University*. *International Management and Compliance – Frankfurt University Applied of Sciences*. Formada nos cursos de ESG, IPO e *Governance, Risk and Compliance – Risk University* pela *KPMG Business School*. *The Paris Agreement on Climate Change as a Development Agenda – United Nations System Staff College – UNSSC*. *Introduction for ESG* pelo *Corporate Finance Institute – CFI*. Auditora Líder em Sistemas de Gestão de *Compliance* e Antissuborno pela *World Compliance Association*. Pós-graduada no LL.M. em Direito Empresarial Aplicado pelas Faculdades da Indústria do Sistema – FIEP/SESI/ SENAI/IEL. Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDCONST. Pós-graduada em Estado Democrático de Direito pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná – FEMPAR. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA (Faculdade de Direito de Curitiba). Integra o *Compliance*

Council. É membro da Plataforma de Ação contra a Corrupção da Rede Brasil do Pacto Global da ONU e do Grupo de Trabalho de Gestão de Risco ASG e Transparência do Laboratório de Inovação Financeira – LAB. Palestrante, escritora, docente em pós-graduações e cursos, organizadora de livros, bem como possui diversos artigos publicados. *E-mail*: juliana.nascimento7@yahoo.com.br. *Site*: www.julianaoliveiranascimento.com.br.

Juliana Stark

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Mogi das Cruzes (2002). Atualmente é chefe do Departamento de Auditoria da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Auditoria Interna.

Lenira Maria Fonseca Albuquerque

Assistente de Controle Interno da Controladoria Geral do RN, com pós-graduação nas áreas de Gestão Estratégica de Sistemas de Informação, Gestão de Políticas Públicas e em Contabilidade, Controladoria e Finanças Públicas. Participou da elaboração do primeiro Plano Plurianual Participativo do RN (2016-2019) e da elaboração de PPAs Territoriais Participativos junto ao Consórcio Público Intermunicipal do RN (COPIRN) em projeto do Ministério do Planejamento. Atualmente é Gerente do Projeto Estratégico Transparência no RN e, entre outras atividades, faz a gestão da Lei de Acesso à Informação – LAI, através do Sistema de Informação ao Cidadão – e-SIC RN. Nesta atividade, também capacita os operadores do e-SIC para atuação na operacionalização da LAI.

Luana Lourenço

Graduada em Direito pela UCSAL. LL.M em Direito Empresarial com especialização em *Compliance* Avançado pela FGV Direito Rio. MBA em *Management* no IAG PUC-Rio e Pós-Graduação em Psicologia Positiva pela PUC-RS. Certificação em *Digital Transformation* pelo MIT. Mestranda em Administração pelo IAG PUC-Rio. Conselheira de Administração pelo IBGC. Membro do Conselho Consultivo do Pro Criança Cardíaca. Mentora Docente do Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público – IGCP. Professora convidada de pós-graduação na Universidade Católica do Salvador e no CEPED/UERJ. Pioneira da Governança Humanizada. Coordenadora do Comitê Governança na Prática e do Programa de Mentoria para Prefeituras da Rede Governança Brasil. Consultora empresarial especializada em Governança Corporativa, Cultura Organizacional e *Compliance*. Professora na Escola Brasileira de Direito – EBRADI para o MBA em Governança Pública, módulos em Governança Humanizada, Liderança e Alta Administração. CEO na Ocean Governança Integrada. Desenvolve projetos para o terceiro setor.

Máira Luísa Milani de Lima

Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (2003) e mestrado em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Atuou como Analista Ambiental no Ministério do Meio Ambiente e no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA entre 2008 e 2014. Auditora Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União desde 2014, atualmente lotada na Coordenação-Geral de Auditoria das Áreas de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Secretaria Federal de Controle Interno. Realiza auditorias no Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ICMBio e Ministério do Desenvolvimento Regional.

Mariana Andrade Covre

Mulher (ela dela *she her*). Mãe do Fernando. Advogada. Gerente Executiva Jurídica e de Integridade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES. Membro da Comissão de Diversidade da FINDES. Conselheira, representante do setor industrial, no Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, Conselhos Regionais e Municipais do Estado do Espírito Santo. Coordenadora do Comitê Nacional de Governança para a Indústria e Comércio da Rede Governança Brasil, pela Confederação Nacional das Indústrias – CNI e FINDES. Membro da Comissão da Advocacia Corporativa da OAB/ES. Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Docente do Curso *Master Compliance* e ESG do Ibmeq/DF. Docente da pós-graduação de *Compliance* da Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Mentora e curadora do movimento e encontro de lideranças femininas “Entre Elas.ES”. Especialista em *Compliance* e Governança. Mestranda em Análise Econômica do Direito.

Marília Alencar da Fonsêca

Possui graduação em Administração pela Universidade de Brasília (2011) e especialização em Gestão em Controladoria Governamental pela IMP de Ensino Superior (2013). Atualmente é Analista em C&T do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Tem experiência na área de Administração.

Marisa Zikan da Silva

Possui graduação em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2001) e pós-graduação em Direito Tributário pela UNISUL. Atualmente é controladora-geral adjunta na Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina. Tem experiência na área de Administração Pública, atuando principalmente nos temas de controle interno e auditoria interna.

Meire Jane Lima de Oliveira

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (2000) e mestrado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (2005). Atualmente é analista de gestão na Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), atuando na área de auditoria interna, com ênfase em auditoria baseada em riscos e controles internos. Doutoranda em Gestão e Tecnologia Industrial – GETEC no SENAI-CIMATEC. Atuou como coordenadora de articulação e modernização institucional na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia – SECTI e tem experiência de ensino na área de Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: redes de firmas, redes de pesquisa e desenvolvimento, política de C&T, política industrial.

Monyze Weber Kutlesa

Administradora pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (2022). Membro do Centro Acadêmico Cinco de Julho – CACIJ (2019) como assessora da Área Externa. Membro do Centro Acadêmico Cinco de Julho – CACIJ (2020) como diretora da Área Externa.

Patrícia Alvares de Azevedo Oliveira

Doutoranda em Políticas Públicas – ENAP. Mestre em Governança e Desenvolvimento pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Especialista em Educação a Distância pela Universidade Católica de Brasília – UCB e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Administração Pública, com ênfase em Governança e Gerenciamento de Riscos. Auditora federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União desde 2008, exerce o cargo de auditora chefe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade desde 2019. Atua como orientadora em curso de especialização em Políticas Públicas promovido pelo Instituto Serzedello Correa desde 2021.

Patrícia de Fátima Silva

Possui graduação em Tecnologia em Gestão Pública pela Universidade Potiguar (2010). Atualmente é servidora efetiva da Controladoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte, atuando na Transparência, Supervisão das Unidades de Controle Interno, e é membro da Unidade de Controle Interno do próprio órgão. Tem experiência na área de Secretariado Executivo, com ênfase em serviço público administrativo.

Victoria Moura de Araujo

Possui graduação em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2019). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: controle, participação social, *accountability* e transparência.